

Palavras do paraíso e verdade das singularidades: leitura-codificação e leitura-experimentação

Words of paradise and Truth of singularities: reading-coding and reading-experimentation

Dina Maria Martins Ferreira¹
João Batista Costa Gonçalves²
Marcos Roberto dos Santos Amaral³

Resumo

Neste artigo, discutimos sobre o valor empoderador da singularidade do estar no mundo dos sujeitos, por esta ser um desvio de conservadores estados de ordem do mundo fundado em noções ocidentalistas de universalidade, abstração e utilitarismo. Analisamos uma interação familiar em que pais leem com a filha, Maria Flor, com a qual se pode refletir sobre como sentidos formais – leitura como decodificação – podem interditar o potencial criativo dos sujeitos sociais – leitura como experimentação de diversos sentidos e sensibilidades. Apoiamos-nos na discussão de Bakhtin (2010) sobre responsabilidade, não-álibi e verdade (pravda) e na de Benjamin (2011) sobre palavras do paraíso, queda do paraíso e magia da linguagem. Aventamos na argumentação como nossas interações pessoais e os poderes sociais podem se organizar para não interditar a fruição dos desejos singulares, em função do imperativo de sentidos dogmáticos. A língua não deixa de ser meio sem fim determinado, mas de fato é um lugar onde se pode experimentar e construir o mundo.

Palavras-chave: *Leitura. Codificação. Experimentação. Palavras do paraíso. Singularidade*

Abstract

In this paper we discuss the empowering value of the uniqueness of being in the world of subjects, as it is a conservative deviation from the state of order based on Westernist notions of universality, abstraction and utilitarianism. We analyze a family interaction in which parents read with their daughter, Maria Flor, with which one can reflect on how formal senses – reading as decoding – can interdict the creative potential of social subjects – reading as experimentation with different senses and sensibilities. We rely on Bakhtin's (2010) discussion of responsibility, not alibi and truth (pravda) and Benjamin (2011) about words of paradise, fall of paradise and magic of language, whose concepts we justify our analysis. We argue in our argument that just as our personal interactions and social powers can be organized so as not to ban the enjoyment of singular desires, due to the imperative of dogmatic senses. Language is nonetheless endlessly determined, but it is indeed a place where one can experience and build the world.

Keywords: *Reading. Coding. Experimentation. Words of Paradise. Singularity*

¹ Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, Ceará, Brasil; <https://orcid.org/0000-0003-2585-497X> ; dinaferreira@terra.com.br

² Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada; <https://orcid.org/0000-0002-4386-8809> ; jbcgon@ig.com.br

³ Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação e Linguística Aplicada; <https://orcid.org/0000-0001-8130-4580> ; roberto.amaral@aluno.uece.br

Recebido em: 19/03/2020

Aceito em: 06/11/2020

Introdução

Neste artigo, discutimos sobre como as relações sociais podem ser empoderadoras, isto é, garantidoras de uma posição autêntica, criativa e pacífica do sujeito em relação ao mundo, quando consideramos a singularidade do estar nele dos sujeitos. Esta visada para o singular delinea-se como um desvio de estados reacionários conservadores de ordem do mundo que se arrogam como universais, sobretudo por postularem como essenciais das mulheres, dos homens e do mundo uma dimensão utilitarista e abstrata. A lógica ocidental racionalista e positivista nos direcionou para o interesse de que algo está especificado pelo produto que este algo promove e pelo valor produtivo finalista, teleológico que ele agrega, em detrimento do interesse da fruição dos desejos que necessariamente não se orientam teleologicamente para um objeto final predeterminado.

Para tanto, analisamos a seguinte interação entre pais e filhos. Maria Flor, criança de cinco anos, numa tarde de um dia qualquer, estava com seus pais lendo na rede seu livro *Alice no país das maravilhas*⁴, um daqueles livros que cria formas quando você passa as páginas: as personagens esticam as pernas e pescoços; portas secretas se abrem nelas; chaves escondidas têm que ser encontradas em todo o livro, montanhas de cartas surgem; e gatos desaparecem – uma bela diversão (para adultos e crianças)⁵. Maria Flor estava folheando e passando o dedo por entre os sentidos, as sensações, as formas e as palavras e as imagens que compõem um livro, quando foi perguntada pelos pais sobre o tinha lido, ela responde que não sabia ainda ler lendo (decodificando) as palavras, só sabia ler ‘assim’ vendo e folheando (experimentando) o livro. Maria Flor seria comumente esclarecida (a política de regulação de nossos atos) de que ainda não sabia ler, pois não decodificava as palavras, ou seja, não sabia ler porquanto não se adequara a um padrão oficial que reduz o ato de ler, que envolve interação entre pessoas, afetividade e empoderamento, a tão somente sua faceta de decodificação gráfica. Tal esclarecimento afirmaria uma ideologia sobre o mundo de que se deve explicá-lo por convenções, mesmo que elas reduzam o todo a uma parte, como ocorre quando tentamos encontrar universais, regularidades e abstrações, cuja ânsia por esta busca nega as singulares contingências, desvios e situações concretas irrepetíveis.

Para a discussão entre leitura codificada e leitura experimentação, consideramos a discussão de Bakhtin (2010) e de Benjamin (2011)⁶ a respeito da potência da singularidade

⁴ Editado pela Ciranda Cultural, adaptado por Harriet Castor e ilustrado por Zdenko Basic.

⁵ A narrativa-objeto deste artigo, a leitura experimentação de afetos, de códigos, de interações, de gestos, de modos de ser, saber e de poder defletida na situação concreta de leitura de um livro por Maria Flor e seus pais, um dos autores deste artigo, e sua esposa, delinea-se enquanto uma prática familiar, por envolver o estreitamento de saudáveis laços emotivos entre pais e filhos, já que desencadeia cumplicidade entre eles, e uma prática social, por tensionar formas de ação, já que problematiza ordens sociais consagradas. É justamente por ser um ato concreto, que se organiza complexamente dialogando com diversas dimensões sociais, sendo assim, uma vivência política, e por indiciar que esta vivência não se limita a práticas institucionais, mas se funda nas práticas mais cotidianas, que resolvemos tomar esta narrativa como gatilho de nossa pesquisa.

⁶ Acreditamos que esta discussão “eco” importantes debates acerca das potências da leitura, como a freireana (FREIRE, 2011; 2008), quanto ao fato de que se é lendo o mundo e as palavras que se pode problematizar as condições opressivas em que os sujeitos sociais/leitores estão imersos; ou como a barthesiana (BARTHES, 2010), quanto ao fato de que o leitor também é autor no sentido de que também cria saberes e poderes com o que se lê; ou ainda como a cossoniana (COSSON, 2006), quanto ao fato de que a leitura/letramento,

dos atos humanos constitutiva do mundo. Atentamos a que, conforme Bakhtin (2010, p. 84), “historicamente a linguagem desenvolveu-se a serviço do pensamento participante e do ato, e somente nos tempos recentes de sua história começou a servir o pensamento abstrato”, de sorte que a ambivalência da língua é constitutiva dela mesma e não um acidente a ser evitado e que a permanência, abstração, de um conteúdo não é mais que um componente do ato (BAKHTIN, 2010, p. 94). Também damos atenção ao fato de que a língua não deixa de ser meio sem fim determinado (BENJAMIN, 2011), sendo, de fato, lugar onde se pode experimentar e construir o mundo e não simplesmente modo de representá-lo ou instrumento para usar neste mundo.

Em nosso percurso argumentativo, apontamos como Benjamin (2011) compreende suas noções de palavra do paraíso, queda do paraíso e magia da linguagem, para, em seguida, discutir as noções de responsabilidade, não-álibi e verdade em Bakhtin (2010), para que possamos, então, perceber o potencial transformador que a singularidade possui em nossas interações. Ao final, ponderamos sobre como nossas práticas sociais são organizadas conforme determinados paradigmas que estabelecemos como diretrizes, os quais, podem ou constringer ou afirmar nossas interações singulares. Nesse sentido, podemos considerar que os poderes sociais podem se organizar para não interditar, em função do imperativo de sentidos dogmáticos, a fruição dos desejos singulares, caso ajamos como Maria flor e seus pais quando se orientam para o não bloqueio, marcado pela construção de sentidos orientados pelas relações irrepetíveis das práticas que constituem o mundo, do fluxo singular da existência (negação de ela saber ler ‘assim’ vendo).

Palavras do paraíso

Benjamin (2011, p. 49) explica que “toda manifestação da vida espiritual humana pode ser concebida como uma espécie de linguagem”, compreendendo que linguagem é a comunicação de conteúdos experimentados nas relações inteligíveis que mantemos com o mundo, pessoas, coisas, símbolos, saberes, práticas etc., cuja inteligibilidade decorre do que constituímos historicamente nessa relação. De fato, segundo Benjamin (2011, p. 53), “a linguagem desta lâmpada, por exemplo, não comunica a lâmpada (pois a essência espiritual da lâmpada, na medida em que é comunicável, não é em absoluto a própria lâmpada), mas a lâmpada-linguagem, a lâmpada-na-comunicação, a lâmpada-na-expressão”.

Com efeito, linguagem, para Benjamin (2011), não se reduz a sua pretensão representativa, contra a qual, inclusive, Benjamin (2011, p. 63) se coloca, contestando a posição “burguesa”⁷ de explicar as relações sociais por relações extensivas, criticando que esta concepção burguesa de linguagem compreende que “a palavra estaria relacionada à coisa de modo casual e que ela seria um signo de coisas (ou de seu conhecimento), estabelecido por uma convenção qualquer”. A linguagem é, especialmente, uma forma de experimentar o mundo naquilo que ele tem de singular, rebelde a convenções ortodoxas, fundadas em usos utilitaristas. É nesse sentido que Benjamin (2011) compreende que a experimentação do mundo é uma experiência mágica tanto de padecimento quanto paradisíaca.

Esta provocação de Benjamin (2011) fere nossa educação ocidental, posto que

especialmente o literário, é forma de inscrição nos diversos conhecimentos produzidos socialmente.

⁷ Termo utilizado por Benjamin, para designar a linguagem humana, quando não faz mais parte da linguagem do paraíso – linguagem espiritual.

cientistas, pesquisadores e sujeitos sóbrios, estamos pouco dispostos a nos afetar pelas dimensões mágicas e paradisíacas das nossas relações no mundo, por cremos que tais crenças estariam afeitas mais a uma consciência imatura do que apenas a uma postura (máscara) positivista adequada ao sujeito desenvolvido do progresso e sucesso viril (produtivismo).

Mas é preciso nos recompor e abrimo-nos a tais dimensões se não quisermos, conforme Benjamin (2011), apoiando-se em Kierkegaard, padecer no “mundo da tagarelice” (mundo que se orienta em função do respeito incondicional a normatividades dogmáticas – repetição massificada do já dito), nem perder a singularidade criativa (e terapêutica) do mundo. Assim, é preciso reviver na ciência, e na vida, o poder analítico da magia, paraíso e padecimento, o que não deixa de ser uma forma de reaproximar a ciência da singularidade, expurgada do cânone racionalista positivista ocidental, cujas consequências na saúde da humanidade foram nefastas, haja vista a quantidade de pessoas deprimidas e desalentadas, muitas vezes, porque se encontram em narrativas burguesas tão conservadoras, que não conseguem encontrar nas convenções lógicas reacionárias delas espaço para sua inescapável e constitutiva singularidade.

Por magia, Benjamin (2011) compreende o valor intensivo da linguagem: a sua dimensão fundamental de constituir o próprio mundo e não de o representar. Em outros termos, o signo lâmpada seria a lâmpada-na-linguagem e não instrumento da pretensa representação do objeto lâmpada; enfim, a magia é a possibilidade de compreensão do mundo através da singular experiência de constituição do próprio mundo a partir da inteligibilidade deste, criativamente situada e transitória, e não apenas a partir de sua inteligibilidade recuperável em convenções pautadas em regularidades, intransigentemente, estabelecidas e postuladas enquanto universais homogêneos e atemporais.

É na redução da experiência de compreensão do mundo a esta inteligibilidade convencionalista que o padecimento das mulheres, dos homens e do mundo ocorre. Isto, porque eles deixam de perceber o caráter criativo da linguagem-experiência constitutiva do mundo situada a uma relação espaço-tempo-ser humano concreta irrepitível. Eles orientam-se dogmaticamente segundo paradigmas conservadores (castradores) que determinam o que pode ou não ser experimentado (pode-se dizer é uma política conservadora dos afetos⁸). Esta experiência é tagarelice, como vimos acima, uma vez que se compreende o mundo a partir de palavras, que não fazem sentido pela familiaridade com a situação concreta, mas sim pela subserviência a códigos canônicos reacionários vigentes – uma experimentação do mundo pelas convenções burguesas utilitaristas.

E no sentido contrário da lógica de controle conservador das diversas formas de vivência do mundo, a linguagem paradisíaca seria aquela que antes que responder a um dogma utilitarista, responde à situação irrepitível em que mulheres e homens se inscrevem no mundo, também em espaço e tempo específicos, autênticos, expressados/experimentados na comunicação singular entre estes homens e mulheres, mundos, tempos e lugares insubstituíveis, originais. Desse modo, a linguagem seria uma experiência de reinvenção (criação) da existência estabelecida.

Ilustra-se, a seguir, a experiência de reinvenção singular, do diálogo entre Maria Flor

⁸ Apoiamo-nos em Deleuze e Guattari (2010; 1995a; 1995b; 1995c; 1995d; 1995e) para compreender afeto enquanto forma de mobilização das relações sociais singulares através da experimentação das maneiras como o mundo e as suas coisas se articulam e agem entre si e sobre nós e compreender que há uma gestão reacionária de administração destes afetos em função do controle social por lógicas e grupos hegemônistas.

(5 anos) e seus pais, em um tempo e lugar – família em sua casa descansando juntos em uma rede à tardinha:

Pais: - O que você está lendo Florzinha?

Florzinha: - Alice (*Alice no país das maravilhas*).

Pais: - Você está lendo mesmo?!

Florzinha: -Não sei ler as palavras, mas estou lendo ‘assim’!

Maria Flor constitui o sentido de leitura a partir da sua experiência de se engajar numa interação específica de compartilhar com seus pais um momento de sensações afetivas, lúdicas e de aprendizagem. Assim, quando ela diz que não sabe ainda ler as palavras, mas sabe ler ‘assim’ – passando a mão por entre o desenho das palavras e imagens e folheando as páginas –, está comprometida não com uma convenção (estreita) que estabelece que leitura se defina apenas pela sua faceta decodificadora de sinais gráficos. Compromete-se, certamente, com a faceta da leitura de promover afetos prazerosos com a situação singular na qual se encontra, que é compartilhar com os pais e o mundo uma vivência agradável e criativa através de um ato que envolve familiaridade, carinho, autoconfiança, aprendizagem cognitiva e emotiva, brincadeira, etc. É a sua leitura-‘assim’.

Nessa interação, o tempo e o lugar não são, por exemplo, o da sala de aula quando de um exame em que se exige o conhecimento de leitura no seu sentido formal (cientificista) de decodificação que se sobrepõe às demais facetas da leitura, a saber, diversão, habilidades sociais, forma de estabelecer contato etc. Por isso, a leitura que se comunica aí é a leitura, enquanto contato pais-filha-mundo-emoções empoderadoras de ambos. De fato, não é a leitura definida pelo cânone que outorga em que se deve ater em detrimento das demais dimensões para expressar seu sentido, ou seja, a convenção tagarela, orientada para as normatividades (palavras de ordem e julgamento) e não para a situação singular – a leitura-vivência de mundo (afinal, como ensina Paulo Freire (2008), a leitura de mundo precede, isto é, orienta, a leitura da palavra) que somente naquela situação se pode vivê-la, é a leitura-linguagem que se estabeleceu entre pais e filha naquela tarde.

Tal vivência empoderadora, que permite a possibilidade de fruição dos sentimentos de comunhão e paz com o mundo e as pessoas, poderia ter seu fluxo interrompido caso os pais não compreendessem que a leitura-‘assim’ – a que se voltava Maria Flor – não era uma leitura de convenção universalizadora em que a inteligibilidade singular da criança é suprimida em prol da inteligibilidade formal. Com efeito, esta é secundária àquela, sendo estabelecida enquanto universal a partir do enquadre arbitrário – político – de regularidades postuladas – sob relações de poder – e admitidas como essenciais.

A essencialização reifica as relações humanas já que limita as vivências aos enquadres dogmáticos, silenciando autoritariamente todas as facetas que fogem a tal enquadramento. Assim, a inversão da primeiridade do singular (acidente) sobre o dogmático (essência) é uma forma de expurgo das singulares contingências constitutivas das experiências do mundo. A essencialização reificadora da inteligibilidade formal, portanto, coloca como compromisso não a situação concreta, mas a norma tida como lei, o que segrega e inquieta a experiência de mundo, pois ela deixa de ser um fluxo contínuo entre sujeito, tempo e lugar para ser um filtro daquilo que nesse fluxo se desvia do arbítrio universalista homogeneizador.

Se os pais tivessem querido rever o compromisso de Maria Flor com a situação concreta e orientá-la para responder à pretensão de universalidade, correria o risco de inquietar a filha e romper a comunhão entre si, já que sua familiaridade estaria abalada pela presença de um constrangimento social estranho àquela singularidade entre pais e filha. Haveria, assim, uma segregação entre eles, pois seu companheirismo estaria rompido pela presença intransigente de um arbítrio policiador que pretende conformar todos os modos de vivência segundo um código conservador. Maria Flor não poderia ler pela codificação de caracteres gráficos, naquele tempo cronológico de suas experimentações de mundo, já que não se enquadrava na inteligibilidade formal de leitura. Se uma leitura decodificada fosse ali exigida diante daquele livro que se abriu em montagens, a vivência entre pais e filha, num estado de comunhão harmoniosa empoderadora, não ocorreria porque eles não poderiam manter-se fiéis à situação singular em que estavam, onde leitura era experienciada pela mágica do companheirismo filha-pais-mundo-naquela situação comunicativa – o ler-‘assim’. Este bloqueio ocorreria, forçosamente, pela ação controladora de um dado universal dogmático que constrange qualquer experiência singular que foge criativamente dos cânones dados.

A palavra de Maria Flor não seria mais mágica, já que não seria uma vivência intensiva de criação do mundo familiar, harmonioso, empoderador, sem pecados, ou seja, paradisíaco. Benjamin (2011, p. 66) (grifos do autor) destaca que o pecado original da palavra humana é seu caráter utilitarista, seu dever de “comunicar alguma coisa”. Tendo a linguagem burguesa o caráter de representação de uma realidade dada, ela deprecia os modos de existência que fogem das representações, pois não leva em conta as contingências que compõem esta realidade. Segundo Benjamin (2011), a linguagem burguesa se distancia da palavra divina, pois esta é a inteligibilidade constitutiva do mundo, e não seu julgamento, que deprecia e expurga as singularidades, em função da representação de regularidades universalizadas.

A possível queda do paraíso, no caso de Maria Flor com o bloqueio da leitura-‘assim’, seria sua conformação a uma representação homogeneizadora das experiências singulares. E esta conformação, queda, outras crianças ou outras pessoas podem ter quando se engajam em situações concretas que se delineiam através da interação com livros, lugares, tempos e sujeitos específicos, a serem impedidos de fruir a vivência paradisíaca de criação do mundo na medida em que são submetidos ao jugo imperativo de uma ordem postulada que se sobredetermina à situação concreta (a inversão da primeiridade do singular sobre o dogmático). Conforme esta ordem postulada, seja uma construção histórica e, como tal, uma inteligibilidade na comunicação, as pessoas se tornam tagarelas – tem “de comunicar alguma coisa” –, abolindo uma possível situação singular (concretos tempo, espaço e sujeito), optando por linguajar julgamentos dados (abstrações formais comunicadas na palavra burguesa utilitarista).

Enfim, Maria Flor cairia do paraíso se fosse constrangida a reduzir sua experiência de leitura, orientada para a situação concreta ao entendimento abstrato de leitura como decodificação. Assim, ela estaria comprometida não com a criação, magia, paraíso, mas com o julgamento que a sentenciaria a viver segundo uma ordem criada em outra situação concreta, que, por abusos históricos, é deflagrada como se fosse atemporal. Ora, a leitura como decodificação é uma criação (também paradisíaca) histórica, relativa a determinados sujeitos em tempo e lugar específicos, que, a partir dos propósitos mercantis e colonizadores, passa a ser postulada como um ideal a que todos devem conformar-se. É justamente esta conformação de uma situação concreta (no caso de Maria Flor, a leitura-‘assim’) a uma outra (no caso, a leitura-‘oficial’) que não é mais concreta, que permite a

queda do paraíso e uma conseqüente servidão. Benjamin (2011, p. 69), inclusive, diz que “à servidão da língua na tagarelice segue-se a servidão das coisas na doidice, quase como conseqüência inevitável”, que se dá justamente pela confusão causada pela sobredeterminação de uma situação que outrora fora concreta. É assim que há um processo opressivo quando determinado ponto de vista interessado pela inteligibilidade de leitura enquanto decodificação – criação de outro sujeito – se sobrepõe, dogmaticamente, à leitura-‘assim’ – criação de Maria Flor.

Acreditamos que a marca do sujeito singular que responde ao que cria – uma especificidade da palavra paradisíaca – é a assunção da responsabilidade insubstituível do sujeito no seu ato, conforme Bakhtin (2010) propõe. É sobre estas questões que doravante nos concentramos.

Verdade e singularidade

O não-álibi do sujeito na realização do seu ato consiste, segundo Bakhtin (2010), no fato de que aquilo que acontece comigo não pode ser experimentado por ninguém mais, porque nenhuma outra pessoa jamais estará no meu lugar corporal, subjetivo, temporal, institucional, material quando algo acontece a mim. O não-álibi é a inalienável responsabilidade do sujeito, a qual, em relação a sua existência, está implicada a própria possibilidade da existência do mundo, uma vez que este existe enquanto responsabilidade do sujeito que age (posiciona-se interessadamente/interfere nas ordens estabelecidas) sobre ele. A percepção do mundo, enquanto interação eu *versus* mundo, é possibilitada porque apenas eu, no meu lugar de eu inocuável por qualquer outro, posso perceber que existe alguma vivência dessa interação, na qual eu sinto que algo acontece quando me lanço sobre o mundo. Sinto a existência de algo porque ajo sobre este algo, que age sobre mim.

Isto não quer dizer que se trata de verificação (racional) do que experimento através da ação no mundo; trata-se, de fato, da instável estabilização social ativa de qualquer coisa que se experimente criativamente (portanto, contraditoriamente) nas práticas sociais. Sem esta vivência da interação eu *versus* mundo, não posso sentir que haja um mundo (orientar-me através dele), justamente porque ninguém pode experimentá-lo por mim e mesmo que eu perceba a interação outro/algo *versus* mundo, esta interação já é uma interação eu *versus* mundo – mundo enquanto interação outro/algo *versus* mundo.

Pode-se dizer, assim, que a construção do mundo está tematizada pelo não-álibi do sujeito em relação aos seus atos, considerando, de acordo com Bakhtin (2010, p. 62) que o caráter da realidade irreduzível do real é influenciado pela singularidade e unicidade do lugar do eu e que “somente do interior da minha participação posso compreender o existir como evento” (BAKHTIN, 2010, p. 66).

É óbvio que, por um lado, nos engajamos nas interações no mundo com algum conhecimento dele, o qual advém de dados consensos convencionalizados, relativamente estáveis. No entanto, tal conhecimento nunca pode abranger toda a singularidade do ato *in situ*, particularizado pelo sujeito, tempo e lugar únicos naquele ato, pois o ato, como processo disparado pela interação entre únicos sujeito, tempo e lugar, é intrinsecamente irrepetível. Por outro, a orientação criativa sobre o mundo é emotivo-volitiva (força que afeta determinada interação), que se impregna das orientações éticas, estéticas e cognitivas no ato singular dos sujeitos, do qual este não pode se desvencilhar, sob pena do próprio ato

não poder acontecer. Assim, todo ato que ocorre é sempre responsabilidade de um sujeito singular, pois “cada pessoa ocupa um lugar singular e irrepitível, cada existir é único” (BAKHTIN, 2010, p. 96-97). Embora possamos transformar esta singularidade em objeto de conhecimento, universalizando-a, não quer dizer que no ato partamos deste conhecimento.

Segundo Bakhtin (2010), no ato (em situação concreta), o sujeito vê pessoas individuais, lugares, coisas, acontecimentos como únicos, ou seja, como uma vivência marcada pelo que ele percebe naquele instante, por mais que tente enquadrá-los num determinado conhecimento de mundo. Nesta interação,

simultaneamente lhe é dado o valor, concreta e realmente afirmado, destas pessoas, destes objetos, dos quais intui a sua vida íntima e os seus desejos; e fica-lhe claro também o sentido real e o sentido que merece consideração por conta das relações recíprocas entre ele, estas pessoas e estes objetos – a verdade (*pravda*) de um determinado estado de coisas (BAKHTIN, 2010, p. 83, grifo do autor).

De acordo com Bakhtin (2010), a verdade pode ser organizada segundo generalidades reprodutíveis independentemente da situação concreta e segundo a singularidade de cada situação concreta. Aquela é a verdade universal, a *istina*, esta, a verdade do ato, a *pravda* (reconhecer a *pravda* pode ser outra forma de magoar nossa educação ocidental). Bakhtin (2010) reconhece que esta última é a que funda a criatividade do mundo enquanto evento em perpétuo estado de devir, ao passo que a outra é uma forma de perceber a relação interconstitutiva entre os diversos conhecimentos estabilizados socialmente. Desse modo, *pravda* delinea-se na relação entre singularidade, criatividade e responsabilidade: “a inclusão responsável na singularidade única reconhecida do ser-evento é o que constitui a verdade [*pravda*] da situação” (BAKHTIN, 2010, p. 95, grifo do autor).

Portanto, entrevê-se uma verdade das singularidades, que, nos termos de Bakhtin (2010, p. 95), é o “momento do que é absolutamente novo, que nunca existiu antes e que não pode ser repetido, está aqui em primeiro plano, e constitui uma continuação responsável no espírito da totalidade, que foi uma vez reconhecida”.

A leitura-‘assim’ de Maria Flor é a do sentido verdadeiro da singularidade (a *pravda*) daquele momento que apenas pais e filha, por estes serem específicos, vivenciaram, daí que a redução da verdade dessa situação concreta não pode, apenas, reduzir-se e/ou submeter-se à verdade admitida a se visar às regularidades convencionais, sob pena de impedir o regozijo autêntico e criativo do mundo, o qual está implicado à vivência da inelutável responsabilidade sobre a existência do mundo. Não podemos perceber esta autêntica criação agradável do mundo, sem que reconheçamos que o estado de coisas do mundo é afetado por mim, bem como sou afetado por ele, de sorte que sem minha presença o mundo não seria como está sendo. Enfim, sou responsável pelo mundo. Logo, a sobreposição da verdade convencional de leitura-decodificação em relação à verdade da leitura-‘assim’ seria uma anulação da presença criativa, responsabilidade sobre o mundo, de Maria Flor.

A verdade singular da leitura-‘assim’ está carregada de experiências, sentidos e sensações, porque se inscreve por entre construções teóricas, dimensões cognitivas, sobre o mundo, sejam elas postuladas a partir de regularidades estabilizadas, sejam postuladas a partir da relação com as dimensões irrepitíveis da existência; isto é, dimensões éticas, porque endossa um compromisso com determinada política de ações, no caso, a de que a

interação social deve pautar-se no jogo entre *pravda* e *istina*, a fim de positivarmos sempre a presença autêntica dos sujeitos; e dimensões estéticas, porque compreende que o mundo é constituído pelo sujeito e não só representado por ele.

Maria Flor, por conseguinte, recria os estados de coisas do mundo ao experimentar a leitura para além daquilo que nós fomos educados a apenas enxergar (a leitura oficial), resgatando a nossa presença paradisíaca, potência criativa, responsabilidade sobre a construção das próprias coisas da vida.

Por um lado, não é à toa que tal posição sobre o mundo forjou-se com uma criança, posto que nós adultos já estamos impregnados de convenções e normatividades, deixando-nos como que com álibi, isto é, retiram nossa presença indispensável, tornam-nos sujeitos substituíveis, descartáveis, uma vez que nossa relação com a verdade se reduz, se subjugam às regularidades e universalidades homogeneizadoras e desempoderadoras. E, por outro, com Maria Flor, aprendemos que nossa convivência com as crianças (se estivermos disposto a tal e não interessados em conformá-las em nossas ideologias, como comumente – abusivamente – ocorre) deve estar liberta dessas convenções e normatividades, caso queiramos ainda vivenciar experiências singulares e criativas⁹. Reconhecer o valor da leitura-‘assim’ não é apenas o olhar complacente dos pais que se iluminam com qualquer ato do filho, mas também pode ser uma forma de contestar uma ordem de mundo que investe politicamente apenas em vivências conservadoras, em verdades *istina* em detrimento de verdades *pravda*. Enfim, é uma revolta contra a interdição estratégica, em função da dominação, das formas de vivências criativas.

Na conversa de Maria Flor com seus pais, encontramos tal potência com a qual podemos aprender a olhar também outros tipos de interação social, tais como, as relações patrão-empregado, marido-mulher, policial-encarcerado, poder legislativo, judiciário, executivo-comunidade, dentre outras formas de relações políticas. Com este espírito, passemos às nossas considerações finais.

Considerações finais: da linguagem ao chamamento social

O estudo sobre a leitura-codificada e leitura-‘assim’/leitura experimentação nos levou a descortinar a linguagem paradisíaca e burguesa em Benjamin (2011) e as verdades *istina* e *pravda* em Bakhtin (2010), e conseqüentemente o mundo da regulação coletiva e da experiência concreta. E nessa abertura de cortinas, as calçadas da vida não ficam de fora.

É certo que, se os sujeitos que nessas interações político-sociais se pautassem menos em sentidos conservadores – palavras judicativas (BENJAMIN, 2011), verdades *istina* (BAKHTIN, 2010) –, os sentidos das interações se orientariam para a constituição do mundo desviante de violentas ordens estabelecidas, o que nos parece bastante difícil diante do espaço/tempo civilizatório em que vivemos. No entanto palavras paradisíacas (BENJAMIN, 2011) e verdades *pravda* (BAKHTIN, 2010) podem constituir desvios transformadores, por isso é devemos estar atentos e prudentes com as possibilidades destes desvio, uma vez que é neles que o mundo se renova e nossas subjetividades são resguardadas dos traumas que tanto nos deprimem e oprimem.

⁹ Não é à toa, portanto, que aqueles que não são considerados são, são aqueles que de uma maneira ou de outra, desviam-se das normatividades subjetificadoras dogmáticas, quais sejam, crianças, loucos, anciãos, bêbados, por exemplo.

Pensem como não seria se quando se propusesse uma reforma trabalhista ou previdenciária nos orientássemos menos pelas regularidades postuladas – as quais, segundo a ideologia capitalista, em geral, são relativas a sentidos de progresso mercantil –; e nos orientássemos mais pelas singularidades efetivadas, as quais se relacionam com a satisfação concreta das necessidades sociais. Talvez, assim, haveria uma disputa entre as partes interessadas nessas reformas – poderes públicos, capitalistas e sociedade civil – pautada não na vontade de concentração de renda, saber e poder em detrimento dos desejos concretos dos sujeitos, mas sim na vontade de fruição destes desejos. Assim como os pais não interditaram a filha quando desviaram-se¹⁰ criativamente de um sentido conservador que, com efeito, não diz respeito à posição singular, criativa e autêntica da filha (o que permite um empoderamento desta, pois experimentará um mundo onde ela pode criá-lo); certamente, os poderes sociais poderiam organizar-se a fim de não interditar a fruição dos desejos singulares dos sujeitos, subjugando-os a dogmas e outras experiências reacionárias.

É claro que esta questão não se trata apenas de mudança de ponto de vista (enquanto ideia abstrata), pois os interessados nas tensas interações sociais políticas e capitalistas, valem-se, politicamente, de sentidos postulados como universais e utilitaristas, justamente por seu potencial dominador. É uma questão de deslocamento de referências, diretrizes, orientações, novos afetos e sensações. É claro que esta questão não se trata de problemas familiares burgueses. No entanto, é comum organizarem nossas ações em comparação com determinadas interações pessoais, por exemplo, economia com gastos domésticos, ou compra de chocolates; segurança pública com a ausência de pais, etc. (muito embora, em geral, seja feito tematizando a perspectiva mais autoritárias dessas relações – o cônjuge que tem a obrigação de poupar; o pai que se limita a punir), de sorte que a depender do imaginário que subjaz em nossas práticas sociais compreenderemos como acertado, desejável ou não tal ato. Logo, se nosso paradigma for uma interação pessoal, ou melhor, familiar empoderadora tal qual a entre Maria Flor e seus pais é possível esperarmos outros atos nas práticas sociais em que ela estará avizinhada e, certamente, bem diferente dos atos abusivos que são perpetrados estrategicamente.

Referências

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro e João editores, 2010.

BARTHES, R. **Da ciência à literatura: escrever a leitura**. Rio de Janeiro. Martins Fontes, 2010.

BENJAMIN, W. **Escritos sobre mito e linguagem** (1915-1921). São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2011.

COSSON, R. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

¹⁰ É preciso notar que seria imprudente (tagarelice) confundir desvio de ordens conservadoras com permissividade gratuita, uma vez que tanto isto desvirtuaria os efeitos de sentidos que buscamos assegurar neste artigo, quanto endossaria uma prática misossófica (orgulho burguês ferido) de admitir como plausível o ato acadêmico sério como promotor de balbúrdia (no sentido dogmático).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Rio de Janeiro: 34, 1995a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia, vol. 2. Rio de Janeiro: 34, 1995b.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. Rio de Janeiro: 34, 1995c.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia, vol. 4. Rio de Janeiro: 34, 1995d.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. Rio de Janeiro: 34, 1995e.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. Em três artigos que se completam. 49ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.